



# Central de Compras e Contratações do Governo Federal

*Assessoria Especial para Modernização da Gestão*  
*Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*

No sentido de aperfeiçoar os processos de compras, desde janeiro de 2012, o Governo Federal brasileiro iniciou o desenvolvimento de estratégia de centralização das compras públicas, materializando-se na Central de Compras e Contratações. O desenvolvimento da iniciativa visava proporcionar ao Governo Federal, sobretudo, maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Dentre os resultados, destaca-se o processo de compra direta de passagens aéreas, que registrou um desconto médio de 21,70% em relação aos valores praticados no modelo anterior somente entre setembro de 2014 e março de 2015, sem considerar ainda a inflação do período. A iniciativa inovou por ser uma solução de custo baixo, transparente, com ganhos de escala nas aquisições, com utilização e desenvolvimento do potencial da própria administração pública, combatendo disfunções clássicas e complexas do serviço público: retrabalho, isolamento setorial, dispersão de esforços e dificuldade de articulação.

### **Caracterização da situação anterior e identificação do problema**

A crescente demanda da sociedade por serviços públicos de melhor qualidade e por políticas públicas capazes de solucionar os desafios trazidos pelas constantes transformações sociais evidenciou a necessidade de realização de estudos para a proposição de ações voltadas ao aumento da eficiência na gestão dos recursos públicos. Nesse aspecto, considerando o grande volume de trabalho que envolvem e o impacto significativo que causam na estrutura de custos dos órgãos e entidades da APF, as atividades relacionadas à função de compras do governo federal apresentavam boas oportunidades de melhoria em seus processos, em especial, aquelas relacionadas às aquisições de bens e serviços de uso em comum, ou seja, necessidades demandadas por mais de uma instituição e que não se destinam às suas atividades finalísticas.

Diante da necessidade de compra dos diferentes órgãos da APF, essas atividades acabam sendo replicadas em suas estruturas administrativas, onerando o processo de aquisição de bens e serviços, pois diminui a possibilidade de uso do poder de compra do Governo Federal na obtenção de ganhos em escala e na redução dos preços. Além disso, a sobrecarga de trabalho em decorrência da necessidade de condução de inúmeros processos licitatórios, gestão e controle de contratos reduz a capacidade de planejamento estratégico, desenho de políticas públicas, execução e gestão das atividades finalísticas.

Em adição a esse contexto, a mencionada replicação de processos de aquisição espelha-se no número de contratos, que, embora sejam idênticos ou similares, acarretam também maior volume de ações de controle interno e externo. Ou seja, há uma intensa reprodução de processos com os mesmos objetivos, sejam eles de aquisição, de gestão de contratos ou de controles.

Assim, tornou-se imprescindível o desenvolvimento de um projeto para a criação de uma estratégia de compras centralizada que proporcionasse ao Governo Federal maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

### Descrição da iniciativa e da inovação

Diante da expressiva representatividade que as compras possuem no total dos gastos públicos, é essencial o desenvolvimento de ações no sentido de repensar os modelos de contratação instituídos, otimizar processos, focar em qualidade, avaliar as vantagens das relações de compra e fornecimento que envolvem o Poder Público e fomentar práticas inovadoras. Nesse sentido, desde janeiro de 2012, o Governo Federal brasileiro vem desenvolvendo estratégia de centralização das compras públicas.

Tal estratégia é baseada na metodologia de *Strategic Sourcing* e tem por objetivo estabelecer novos modelos de aquisição e contratação de bens e serviços que representam gastos expressivos ou são adquiridos por vários órgãos e entidades.

Diversos estudos e mapeamento dos processos de famílias de compras estão sendo desenvolvidos, utilizando-se de trabalhos de inteligência interna e de inteligência externa junto ao mercado fornecedor, a fim de avaliar as oportunidades de novas sistemáticas de aquisição que, coerentes com a legislação vigente, sejam capazes de tornar o processo de compra mais transparente, ágil, eficiente, econômico e sustentável; permitam que a administração utilize seu poder de compra; viabilizem a execução de políticas que fortaleçam o desenvolvimento regional e as microempresas e empresas de pequeno porte; e contribuam para a uma melhor qualidade do gasto.

O trabalho de formulação de uma estratégia de centralização das compras públicas culminou com a criação, em janeiro de 2014, da Central de Compras e Contratações do Governo Federal (Central), para concentração de funções de apoio voltadas ao processamento de atividades comuns dos órgãos da administração pública federal. Essa Central funcionaria como um “filtro qualificado” da demanda de toda administração para o mercado. Dessa forma, seria possível potencializar as demandas e otimizar seu planejamento,

padronizar os itens demandados de modo a viabilizar uma atuação estratégica das compras públicas e imprimir ganhos de qualidade e financeiros.

Do ponto de vista técnico, foram analisadas diversas iniciativas e soluções que tornaram viáveis formas centralizadas de prestação de serviços, com significativas reduções de custos e demais recursos e que puderam servir de *benchmarking* para a centralização pretendida. No âmbito da própria APF, já constavam casos de sucesso na centralização de rotinas como: contratações de serviços de tecnologia da informação em um único processo licitatório para todos os órgãos da APF localizados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília; aquisições e contratações centralizadas, realizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, para atender às escolas estaduais e municipais; execução de processos de trabalho pelo Ministério da Defesa que atendem a toda sua estrutura regionalizada; uso do Registro de Preços como ferramenta de compartilhamento de aquisições e contratações entre os órgãos da APF, promovendo padronização de bens e serviços, ganho de escala e economias processual e financeira, além da observação de práticas de estímulo à micro e pequena empresa, à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional.

Além dos ganhos econômicos, processuais, de qualidade e eficiência, o objetivo do projeto seria desonerar as áreas-meio da execução de atividades comuns e rotineiras, imprimindo maior grau de especialização e análise das estratégias utilizadas nas aquisições e contratações. Isso não significaria sua exclusão da estrutura organizacional dos órgãos e entidades da APF, representadas pelas Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração ou equivalentes. Tratava-se da retirada de funções de apoio replicadas entre as instituições que poderiam ser centralizadas e realizadas por unidade dedicada a essa finalidade. Dessa forma, essas áreas continuariam atuando em atividades-meio, porém, mais de cunho estratégico e dedicadas a subsidiar as atividades-fim das instituições.

O modelo a ser adotado seria o supracorporativo, em que a instituição da Central é formalmente criada, na qualidade de instituição com um propósito específico e que age em nome dos parceiros em três frentes: procedimentos licitatórios, contratação e gestão administrativa. A Central poderia exercer uma, duas ou as três frentes e seus processos seriam novos, otimizados, eficientes e suportados por uma plataforma tecnológica integrada aos demais sistemas corporativos da APF.

A inovação aportada por tal projeto seria a própria implantação estratégica de centralização das compras públicas. Tal estratégia é baseada na metodologia de *Strategic Sourcing* e tem por objetivo estabelecer novos modelos de aquisição e contratação de bens e serviços que são comumente contratados por vários órgãos e entidades. Diversos estudos e mapeamento dos processos de famílias de compras foram desenvolvidos, utilizando-se de trabalhos de inteligência interna e de inteligência externa junto ao mercado fornecedor, a fim de avaliar as oportunidades de novas sistemáticas de aquisição que sejam capazes de tornar o processo de compra mais transparente, ágil, eficiente, econômico e sustentável. Permite-se, assim, que a administração utilize seu poder de compra; que seja viabilizada a execução de políticas que fortaleçam o desenvolvimento regional e as microempresas e empresas de pequeno porte e que se contribua para uma melhor qualidade do gasto.

#### **Concepção da inovação e trabalho em equipe**

A concepção da estratégia de centralização das compras públicas na administração pública federal foi desenvolvida no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), por meio de sua Assessoria Especial para Modernização da Gestão (ASEGE), criada com intuito de desenvolver projetos especiais de modernização da gestão pública relacionados a temas e áreas estratégicas de governo.

Houve intensa participação de diversas áreas do Ministério do Planejamento para o desenvolvimento do projeto. Na fase de definição do formato institucional ideal para a Central, participou a Secretaria de Gestão Pública (Segep), que contribuiu com estudos acerca do modelo jurídico mais adequado à iniciativa.

Na análise sobre a necessidade de inserção de novas soluções em tecnologia da informação nos processos de compras e contratações, o projeto contou com o apoio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), que acrescentou ainda sua experiência em compras compartilhadas para órgãos e entidades da administração pública federal (APF).

Já na fase de implementação da Central, foi contratada uma empresa de consultoria para auxiliar na construção do melhor modelo de centralização e na geração de insumos para definição das estratégias de aquisições de determinados itens de bens e serviços.

Além disso, destaca-se, quanto à participação no desenvolvimento do projeto:

- Realização de fóruns com os dirigentes e funcionários envolvidos nas atividades de compras e contratações dos diferentes órgãos e entidades da APF.
- Divulgação de guias e manuais de orientação acerca dos novos modelos de aquisição que foram desenvolvidos pela Central.
- Realização de treinamentos e capacitações para os servidores envolvidos nas atividades de compras e contratações dos diversos órgãos e entidades da APF.

#### **Objetivos da iniciativa**

São objetivos da Central de Compras e Contratações:

- Aumentar a eficiência na gestão dos recursos públicos, por meio de economias processuais e ganhos de escala obtidos com a

centralização de funções de compra e contratação de bens e serviços de uso em comum.

- Desenvolver uma estrutura administrativa e um corpo técnico especializado e exclusivamente dedicado ao planejamento, execução e gestão das funções de compra e contratações de bens e serviços de uso em comum.
- Racionalizar e automatizar os processos referentes às funções de compra.
- Desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição e contratação centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e entidades.
- Planejar, coordenar, controlar e operacionalizar as atividades relacionadas à inteligência e à estratégia de licitação, aquisição e contratação de bens e serviços de uso em comum, a partir da demanda estimada pelos órgãos e entidades.
- Coordenar o processo de padronização e catalogação de itens sob sua responsabilidade no catálogo de materiais e serviços.
- Gerenciar os preços praticados nas licitações e contratações sob sua responsabilidade.
- Gerir fornecedores associados aos bens e serviços de uso em comum sob sua responsabilidade, no tocante aos atos de sua competência.
- Utilizar o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras e sustentáveis no mercado.

#### **Público-alvo da iniciativa**

O público-alvo da iniciativa é o executivo federal, sendo obrigatória a adesão para a administração direta e facultativa para a indireta. As Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs), ou equivalentes, são os



interlocutores privilegiados (principais stakeholders, áreas mais afetadas) pelo projeto.

Os beneficiários são:

- Os órgãos da Administração Pública Federal (APF) que têm a sua disposição novos modelos de compra, mais racionais, eficientes e adequados às suas necessidades, podendo dessa forma, otimizar o uso de seus recursos e direcionar suas ações para execução dos seus objetivos institucionais.
- A sociedade em geral, tanto pela economia de recursos públicos quanto pelo fato de que, com a centralização das atividades relacionadas às compras e contratações de bens e serviços de uso em comum, os órgãos possam se dedicar ao aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados e à criação de melhores políticas públicas.

#### **Ações e etapas da implementação**

A iniciativa foi estruturada em quatro etapas:

**Etapa 1 – Iniciação do projeto:** proposição do termo de abertura de projeto (TAP) em janeiro de 2012, definindo-se escopo, principais atores, riscos, marcos principais. Tal documento foi submetido à aprovação dos patrocinadores, resultando na constituição de um grupo de trabalho dedicado à execução das demais etapas.

**Etapa 2 – Diagnóstico:** passava, inicialmente, pelo mapeamento das funções de apoio comuns aos órgãos da APF, organizadas em grandes sistemas como o de recursos humanos, planejamento, orçamento, serviços gerais (logística) etc. A partir desse mapeamento, eram levantadas as características de cada uma das funções de apoio a fim de identificar boas práticas, internas e externas à administração pública federal, sua forma de operacionalização e aplicabilidade à realidade do poder executivo federal.

A partir das observações, foi estruturada proposta de priorização das funções de apoio, subsidiada por justificativas técnicas, grau de complexidade e retorno à APF para focar o escopo de constituição de uma unidade centralizadora, sendo sugerida a centralização das atividades de logística.

Uma vez aprovada essa priorização pelos patrocinadores do projeto, iniciou-se uma análise específica desse agrupamento de funções, avaliando sua forma de organização e execução, análise de ambientes interno e externo, aspectos legais, estrutura organizacional, infraestrutura física e tecnológica, recursos humanos, processos de trabalho, etc.

**Etapa 3 – Proposição:** composta por duas frentes: (i) construção do modelo de negócio e jurídico-organizacional da Central e (ii) definição dos processos e força de trabalho, plataforma tecnológica e primeiros bens e serviços que seriam desenvolvidos pela nova unidade administrativa.

A frente (i) contou com a colaboração de consultores por meio da cooperação internacional Diálogos Setoriais, que analisaram modelos de Centrais de Serviços e Centrais de Compras, nacionais e internacionais. A partir de tais experiências, foram analisadas as modelagens jurídico-institucionais que a Central poderia assumir, tendo-se uma primeira definição pela implantação como unidade do próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse momento, também foram definidas estratégias de transição para o novo modelo, inclusive com elaboração de plano de comunicação interna e externa.

A frente (ii) consistiu na modelagem dos processos de trabalho ao modelo da Central, com suporte também de uma consultoria via Diálogos Setoriais, refletindo em definição da força de trabalho e da base tecnológica necessária para suportar os processos. Também foram definidos os objetos pelos quais a nova unidade iniciaria seus trabalhos.

**Etapa 4 – Implantação:** a Central teve sua implantação formalizada por meio do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, iniciando sua operação

pelos objetos definidos na etapa 3, com divulgação de suas ações por meio de correspondências oficiais e fóruns, como o Fórum SPOA.

#### **Descrição dos recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos**

No momento de sua constituição, o projeto não recorreu a recursos financeiros da União. Os recursos utilizados limitaram-se à contratação de consultorias para desenvolver o trabalho, a saber, um consultor para realizar mapeamento de processos, dois consultores no projeto Diálogos Setoriais e um último para o trabalho sobre as famílias de bens e serviços. Somente este último foi pago com recursos da União, os outros foram viabilizados pela cooperação internacional. Os recursos humanos utilizados foram servidores do Ministério do Planejamento, os quais formaram um grupo multidisciplinar interno. Também não houve investimento de recursos materiais e tecnológicos, além daqueles já utilizados pelos servidores em questão no âmbito de suas funções.

No momento atual, a Central de Compras e Contratações continua funcionando com recursos financeiros internos ao Ministério do Planejamento, mas conta agora com recursos materiais e tecnológicos próprios, a saber, um local de funcionamento, computadores e softwares. A equipe conta com 30 servidores, entre concursados do Ministério do Planejamento, recrutamento amplo e cedidos de empresas públicas selecionados por sua experiência na temática.

#### **Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa?**

Inicialmente, registre-se que as etapas de iniciação do projeto (etapa 1), diagnóstico (etapa 2) e proposição (etapa 3) foram predominantemente realizadas com recursos próprios do Ministério do Planejamento, leia-se, servidores públicos, com exceção dos levantamentos feitos pelos consultores (2 pessoas físicas) contratadas no âmbito da cooperação Diálogos Setoriais.

Dessa forma, toda a identificação dos problemas que demandavam intervenção de alguma ordem, bem como a proposição e estruturação da solução foram totalmente construídas internamente, com recursos que já compunham a força de trabalho do Ministério.

Os recursos suplementares investidos na iniciativa podem ser considerados mínimos, sobretudo diante dos resultados já alcançados. À medida que o tempo passar e a Central for concluindo novas aquisições e contratações, o retorno será ainda mais crescente, isto é, os ganhos ultrapassarão em muito o investimento.

Em suma, o investimento no projeto, além de significativamente baixo em comparação aos resultados, traz outra característica positiva, qual seja, seu foco no desenvolvimento de capacidade institucional de servidores públicos de carreira do executivo federal. Isso porque o projeto repousa sobre a capacitação e a especialização destes servidores, ao criar e disseminar ferramentas e práticas que podem, além de tudo, agilizar a prestação dos serviços e melhorar as condições de trabalho dos órgãos setoriais que desoneraram seus quadros de pessoal com as mudanças de processos relacionadas à compra de passagens aéreas, por exemplo.

#### **Monitoramento e avaliação da iniciativa**

O monitoramento e avaliação da iniciativa são realizados com base em duas dimensões: a estrutura da Central e os bens e serviços de uso em comum que ela se propõe a trabalhar.

Quanto ao monitoramento e à avaliação da estrutura, estes são realizados constantemente, identificando seu atendimento para a consecução dos objetivos institucionais, refletindo na análise da adequação da estrutura organizacional, da expertise e dimensionamento da força de trabalho, da formatação e dinâmica dos processos de trabalho e da forma de relacionamento entre a Central e seus beneficiados.

Quanto aos bens e serviços de uso em comum atribuídos à Central, é realizado um constante automonitoramento e avaliação dos resultados obtidos em termos de economia gerada tanto quanto de benefícios agregados. Esse trabalho se desenvolve por meio de: (i) verificação da diferença entre os preços aferidos no mercado junto aos fornecedores, que compõem os valores estimados das licitações, e os valores homologados/adjudicados nos procedimentos; (ii) comparação dos valores finalizados nas licitações e aqueles praticados nos contratos vigentes; (iii) avaliação dos resultados qualitativos por meio de análise de processos e ganhos de desempenho; e (iv) controle cotidiano do desenvolvimento dos projetos à luz do plano de trabalho e do cronograma.

#### **Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados**

A nova metodologia de aquisição de passagens aéreas no Governo Federal redefiniu o relacionamento entre a administração pública e o mercado e automatizou atividades administrativas, eliminando etapas no processo de solicitação de passagens aéreas dentro dos órgãos e entidades. O novo modelo trouxe ganhos processuais, redução de custos com passagens aéreas, maior transparência e controle ao processo. A compra direta de passagens aéreas registrou um desconto médio de 21,70% em relação aos valores praticados no modelo anterior e uma economia de 10,72%, que representa, aproximadamente, R\$ 48.510.000,00 somente entre setembro de 2014 e março de 2015, sem considerar ainda a inflação do período.

Outro processo de aquisição que sofreu alterações significativas no seu modelo foi o fornecimento de imagens de satélite. Por meio de atividades de inteligência, foram reduzidos de 108 para 8 tipos de imagem licitados. O novo formato de contratação passou a prever uma licença estendida de uso das imagens pelos diferentes órgãos da APF. O modelo centralizado trouxe

uma redução de 83,3% em relação ao valor médio pago em um dos itens de maior relevância, representando uma economia potencial próxima de R\$ 306.000.000,00.

Também em matéria de telefonia foram registrados resultados muito positivos. Na contratação centralizada dos serviços de telefonia fixa, acompanhado pela Central, houve uma economia efetiva de 47,48%, correspondente a R\$ 21,6 milhões. A contratação de telefonia móvel teve participação de 78 órgãos e valor estimado em R\$ 65,2 milhões. O percentual de redução em relação ao valor estimado foi de 52,59% e o percentual de redução de despesas foi de 43,56% sobre os contratos vigentes.

A Central também concluiu um projeto de aquisição de equipamentos para infraestrutura de rede tecnológica que envolveu 37 órgãos, teve valor estimado de R\$ 39.329.267,01 e um valor final de R\$ 19.659.913,13, uma redução de 50,11%.

Além desses expressivos resultados em termos de economia dos recursos públicos, a iniciativa também reflete na desoneração de pessoal e nos processos licitatórios por parte de um número significativo de órgãos do Governo Federal, na medida em que não é mais necessário que o órgão setorial realize individualmente os procedimentos licitatórios de bens e serviços de uso em comum.

#### **Obstáculos encontrados e soluções adotadas**

- Barreiras culturais dos órgãos e entidades da APF, como resistência devido à perda de atribuições e autonomia, advindas da centralização das compras, e resistência dos dirigentes e funcionários habituados às rotinas anteriores. Esses impactos foram minimizados por meio de oficinas e palestras objetivando conscientizar e sensibilizar órgãos e entidades quanto às vantagens e aos benefícios dessa nova forma de atuação.

- Adaptação dos órgãos e entidades ao modelo centralizado. Para tanto foram desenvolvidas diversas ações, desde a elaboração de manuais e guias até o treinamento e capacitação dos servidores envolvidos nas atividades de compra. Além disso, houve uma abordagem especial aos ocupantes de cargos de direção dos setores concernidos, para informá-los da importância de aderir aos modelos propostos.
- Pressões de atores do mercado: fornecedores, associações representativas e órgãos de controle. Nesse sentido, foram realizadas inúmeras reuniões para esclarecer o papel e a atuação da central de compras em construir um modelo benéfico a todas as partes envolvidas e a disponibilização das informações necessárias para eliminar dúvidas quanto aos benefícios gerados.
- Captação de profissionais especializados em atividades estratégicas de logística e compras no âmbito do setor público. A solução encontrada foi a busca em instituições públicas da administração indireta que possuíam experiência em maior grau de maturidade em compras centralizadas.

#### **Fatores críticos de sucesso**

Destacam-se vários fatores importantes para o sucesso da Central de Compras e Contratações. Primeiramente, foi decisivo o apoio integral das autoridades responsáveis pelo projeto. A Central era um projeto considerado prioritário. Em seguida, foi importante o diálogo com atores estratégicos na construção do projeto. A comunicação efetiva entre os membros da equipe com outros setores do MP e com os demais órgãos do governo federal, para informar e sensibilizar os participantes, gerou o apoio das áreas envolvidas e impactadas pelas atividades. Também se deve destacar a dedicação exclusiva dos técnicos indicados para compor a equipe que executou o projeto, por demandar muito

tempo, energia e capacidade para ser implementado corretamente. Enfim, sublinha-se o alinhamento da comunicação e da estratégia entre a equipe do projeto e as autoridades responsáveis pelo projeto. Outro fator importante foi o pensamento de longo prazo, uma vez que o foco foi o desenvolvimento contínuo da equipe, confirmando a estratégia como acertada e um frutífero investimento para a administração pública.

#### **A iniciativa promove a sustentabilidade? De que forma?**

A Central de Compras e Contratações tem a sustentabilidade como um dos fatores orientadores das definições de estratégias, para viabilizar a aquisição ou contratação de determinado bem ou serviço. Entende-se sustentabilidade como o trinômio social, ambiental e econômico.

Tais perspectivas ficam evidentes nas seguintes premissas que a Central considera em cada um de seus projetos:

1. fomentar as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como exigir e observar a prática de condutas éticas e responsáveis entre empregador e empregado;
2. inserir especificações e exigências ambientalmente corretas, estimulando novas cadeias produtivas e que têm na preservação ambiental sua diretriz e causa;
3. buscar alternativas vantajosas à administração, gerando relações eficazes, eficientes e efetivas para o poder público, que pode alocar os recursos economizados em outras frentes de trabalho, sem olvidar-se das dimensões social e ambiental.

Além dessas variáveis de sustentabilidade, as estratégias estudadas e operacionalizadas pela Central visam ao fomento de novos mercados, que contribuem para o avanço tecnológico nacional, bem como para a disponibilização de produtos de maior durabilidade cujo impacto ambiental é menor.



### **Por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação em gestão?**

Em primeiro lugar, a iniciativa inova pelo potencial de economia e de fortalecimento financeiro e institucional de cada Ministério. Se o âmbito econômico e financeiro é evidente, o fortalecimento institucional se dá pelo reinvestimento de pessoal interno do órgão em prol das atividades-fim do mesmo, ao retirá-los das atividades custosas e delicadas relacionadas a processos licitatórios de compras e contratações de bens de uso em comum.

Outro aspecto que caracteriza a Central de Compras e Contratações como uma inovação importante remete ao fato da iniciativa constituir um projeto de mudança organizacional na administração pública federal. A Central se fundamenta em um amplo esforço de articulação entre diversos órgãos do governo em prol de uma estratégia unificada e coordenada para o desenvolvimento de políticas de compras e contratações públicas.

Por fim, é inovadora também por representar uma solução de baixo custo, transparente, com utilização e desenvolvimento do potencial da própria administração pública, assim como visa a enfrentar disfunções clássicas e complexas do serviço público: retrabalho, isolamento setorial, dispersão de esforços e dificuldade de articulação.

### ***Responsável***

Virgínia Bracarense Lopes

Diretora

### ***Endereço***

Edifício Dario Macêdo – SRTVS, bloco M, lote 12, sala 701

Brasília-DF - CEP: 70340-909

*Central de Compras e Contratações do Governo Federal*

Fone: (61) 2020-6021

E-mail: [central.compras@planejamento.gov.br](mailto:central.compras@planejamento.gov.br)

*Data do início da implementação da iniciativa*

Janeiro de 2012